ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 10
8.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 24 de fevereiro de 2023

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Lúcia Isabel da Costa Oliveira; Pedro Miguel Ribeiro Ranheta, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Bruno Miguel Tavares Metelo; Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso; Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Maria Gertrudes Ludovino Carvalho, Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, Filipa Barroso Viegas, Ana Isabel da Costa Meira, André Manuel Barradas Miranda, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, Marco António Serra Antunes, João Paulo Carreço Brazão, José Cordas Barradas, Francisco Correia Tavares do Carmo Garcia, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Luís Miguel Candeias Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carrapiço e Nuno Fernando do Espírito Santo Bambulo. ----------
Estiveram presentes a senhora Presidente de Câmara e vereadores da Câmara Municipal de Portalegre: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, António José da Mota Casanova, Laura Ivone Velez Galão, Nuno Gonçalo Franco Lacão, Luís David Trindade de Moreira Testa, Ana Margarida Salgueiro Curinha e João Nuno Cativo Cardoso. ------
Estiveram ainda presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Cláudia Isabel Rota Maçãs Nogueira Capote, chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística; Pedro Guilherme Mourato Rainho Barbas, chefe da Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos sociais, Educação e Turismo; José Mário Agrelo Calha, chefe da Divisão de Obras e do Ambiente; José Manuel Figueiredo Gandum chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças, Nuno José Relvas Morgado, assistente técnico, tendo a sessão sido secretariada pela técnica superior Maria Luciano de Jesus Fernandes Tavares.----------

ABERTURA DA SESSÃO:
==========

O senhor presidente de mesa, Luís Miguel Casqueiro Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos. Para completar a mesa chamou Maria Gertrudes Ludovino Carvalho para 2.º/a secretário/a, em substituição de Célia Maria da Silva Carreiro. Foi verificada a existência de quórum.----------

FALTAS JUSTIFICADAS: Não houve faltas a declarar.----------

AS SUBSTITUIÇÕES:

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

O membro da Assembleia Municipal Albano António de Sousa Varela e Silva fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Diogo Rafael Bagina Aragonês, que não pode estar presente, sendo convocado João Luís Soeiro da Graça Pina, que não pode igualmente estar presente, e que, fez-se substituir por Lúcia Isabel da Costa Oliveira, atenta a ordem da lista do Partido Socialista sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Ricardo Jorge Palmeiro Durão fez-se substituir por Pedro Miguel Ribeiro Ranheta; e, o membro Adriano Manuel Alface Bailadeira fez-se substituir por Ana Luísa Mieiro Carneiro, que por sua vez não pode estar presente, e fez-se substituir por Bruno Miguel Tavares Metelo, ambas as substituições nos termos da citada Lei e atenta a lista da CLIP sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Célia Maria da Silva Carreiro fez-se substituir por António José Bagina Alegria, que não pode estar presente e fez-se substituir por Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso, e, o membro João Pedro Cachiço Ribeiro Luís fez-se substituir por Maria Gertrudes Ludovino Carvalho, e, o membro Sara Maria Esteves Luís Sardinha fez-se substituir por André Manuel Barradas Miranda, todas as substituições nos termos da citada Lei e atenta a lista PPD/PSD, CDS-PP sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo fez-se representar, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por Nuno Fernando do Espírito Santo Bambulo. --------

Elencadas as presenças, substituições e representações, doravante os membros da Assembleia Municipal, serão tratados pelos nomes e apelidos para facilitar a inteligibilidade da leitura da presente ata.----------

Intervenção do público

No uso da palavra, Susana Pacheco agradeceu a possibilidade de falar, e referiu-se à situação da Fábrica Robinson. Enquanto arqueóloga e especialista em arqueologia industrial teve oportunidade de visitar museus industriais de norte a sul no país, no litoral e no interior, e testemunhou o papel por eles desempenhado na vida de muitos concelhos. É com grande tristeza que, chegada à sua terra, vê o importantíssimo e valiosíssimo espólio da fábrica Robinson, que faz parte da memória, da história e da identidade dos portalegrenses, no estado em que se encontra atualmente. Estaria na hora de se resolverem os problemas burocráticos, e, que impedem a reabilitação e valorização deste vastíssimo património, que pode desempenhar um papel crucial na revitalização e desenvolvimento que esta cidade precisa. É a memória de milhares de pessoas que trabalharam naquela fábrica, durante 150 anos de laboração que está em causa de desaparecer. O espólio está a ser alvo de vandalismos e pilhagens, e, quando as máquinas e objetos desaparecerem, as histórias deixam de poder ser contadas às futuras gerações. O mesmo se passa com o arquivo da fábrica, sujeito a fatores antrópicos e climáticos, se este desaparecer a investigação deixa de poder ser feita. Estando a Câmara Municipal a construir um arquivo municipal, seria conveniente salvar aquele acervo, para poder vir a ser integrado nesse espaço. E termina a sua intervenção

fazendo um apelo a que seja protegido o valiosíssimo património e a memória da Robinson e tudo o que representa para os portalegrenses. ----------

O senhor presidente de mesa agradeceu a intervenção e não havendo mais pedidos passou ao período subsequente.----------

Período antes da ordem do dia:

Carta de Anne Claude Danièle Studer

Foi recebida, em expediente na Assembleia Municipal, em 31.01.2023, a carta da munícipe Anne Claude Danièle Studer, relativa à colocação e instalação de uma antena de telecomunicações na freguesia de Alagoa.----------

Amândio Valente cumprimentou todos os presentes, e, referiu que tendo rececionado a carta da munícipe, a mesma lhe parece, do ponto de vista da cidadã, bem fundamentada, nos vários quadros em que o assunto pode ser analisado, o económico, o da saúde, o do ordenamento, o da paisagem e seguintes. Deixou em aberto algumas questões que gostaria de ver respondidas, nomeadamente e havendo referência de que a junta de freguesia respetiva e um conjunto de cidadãos não deram o seu acordo, até que ponto foram cumpridos todos os procedimentos, ou se houve algum tipo de salvaguarda aos cidadãos envolvidos nesse processo.----------

No uso da palavra, Célia Soares informou que teve em janeiro e fevereiro de 2022 vários contatos para indicar todos os locais possíveis para a colocação da antena em espaço público, visto que a junta de freguesia tinha todo o interesse na cobertura de rede móvel na freguesia. Em março desse ano recebeu informação de que tinham sido validadas duas possibilidades para a instalação da antena: um terreno da Câmara Municipal de Portalegre e um terreno privado, mas que a empresa iria negociar com o particular para o efeito, porque os custos da instalação do ramal de energia seriam muito elevados. Posteriormente, recebeu informação de que a antena seria instalada no terreno particular, e, que só seria retomado o diálogo com a junta de freguesia, caso o processo de licenciamento fosse reprovado pela Câmara Municipal, após o que não teve mais contatos sobre o assunto. A antena foi colocada no terreno privado, e, quando recebeu a carta da munícipe Anne Claude Danièle Studer questionou o vereador Nuno Lacão sobre o assunto. O vereador informou que não há um licenciamento mas um procedimento de autorização, e que, cumpridos todos os requisitos legais a Câmara Municipal não pode negar a implantação da antena. A munícipe vive perto do local onde se encontra a antena, e, está a proceder à recolha de assinaturas de pessoas que se sintam lesadas pela localização da antena, mas não tem informação sobre o número de assinaturas em causa. A Junta de freguesia tentou que a antena fosse colocada fora da freguesia porque a localização não é a melhor, mas por outro lado, tem sido uma reivindicação, de há muitos anos, a falta de rede móvel, e há muitas pessoas satisfeitas por poderem finalmente ter rede móvel na freguesia da Alagoa. É tudo o que tem a informar.----------

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Raúl Cordeiro, cumprimentou todos os presentes, e, congratulou-se pela presença significativa do público na Assembleia Municipal. Seguidamente, e no que toca ao assunto, questionou se da parte do município foram cumpridos todos os passos que seriam necessários para esta autorização. Estas autorizações de antenas do serviço móvel terrestre têm duas vertentes: uma é feita pela ANACOM e a outra é um pedido de autorização dirigido ao Presidente de Câmara, instruído com uma série de documentos, cabendo à Câmara Municipal autorizar a instalação de infraestruturas de antenas do serviço móvel terrestre. Como não tem acesso, pelos documentos anexos ao ponto, se tudo decorreu do ponto de vista administrativo como deveria decorrer, é essa a questão que coloca, se o processo administrativo decorreu como está previsto no Decreto-lei 11/2003 que determina estas autorizações.----------

O senhor presidente de mesa referiu que, este assunto é expediente da Assembleia, que integra o período antes da ordem do dia, pelo que não teria mais documentação anexa, visto o que importa dar conta à Assembleia ser a carta enviada pela Munícipe, que não constitui matéria deliberativa da Assembleia.----------

A senhora presidente de Câmara interveio, cumprimentando todos os presentes e manifestou alegria e gosto em receber o público presente na casa, que também é deles, sendo um gosto ver a Assembleia repleta de gentes. Quanto à questão da antena de telemóveis na Alagoa, foi sempre falando com a presidente de Junta, e de facto era uma vontade da população da Alagoa, só quem não tem rede de telemóvel é que sabe dar valor quando passa a ter, é a evolução das coisas, e, era uma lacuna naquela freguesia. Importava resolver a questão, como em outros locais que ainda, infelizmente, não estão providos, e informou que será brevemente reforçada mais uma antena em Alegrete. Foram disponibilizados vários terrenos como possibilidade, incluindo um terreno da Câmara, mas a operadora entendeu que a antena seria instalada onde se encontra. Foi, portanto, uma decisão da operadora, e, uma decisão do proprietário do terreno. O processo deu entrada na Câmara Municipal, foi analisado pelo vereador do pelouro e foi despachado pela vereadora Laura Galão que tem a área das comunicações, cumpriu tudo o que tinha de cumprir, e, a Câmara não podia impedir a instalação da antena. Verifica-se que, há um bem maior, que consiste nas pessoas poderem comunicar. A única queixa que foi recebida foi a da munícipe, não tendo sido recebida mais nenhuma queixa, e foi dada resposta atempadamente à munícipe.----------

Recomendação da CDU

"A CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vem por este meio apelar a todos os grupos municipais que tomem posição de acordo com o apreço que a população manifesta, sobre a necessidade urgente de salvaguardar, de respeitar e de valorizar o património industrial, cultural e arquivístico, presente na memória coletiva dos portalegrenses, que é o espaço da Fábrica Robinson.
As recentes notícias na sequência do Comunicado do Partido "Os Verdes", sobre a vulnerabilidade do espaço, atos de arrombamento de portas arrombamento de portas e janelas, de roubo e danificação propositada e irreversível de peças e equipamentos, a desproteção do vasto arquivo histórico desta fábrica centenária, deixam-nos profundamente inquietos sobre um património que é pertença da Câmara Municipal de

Portalegre e que, com a sua destruição ou desaparecimento, poderá condenar um conjunto de ações e oportunidades para o desenvolvimento cultural, educativo, científico, arquitetónico e comunitário, com significado e projeção local, nacional e internacional.
A Petição Pública "Salvem a Robinson", que juntou milhares de portalegrenses, permitiu a decisão unânime de salvaguarda e valorização deste património, na Assembleia da República, na sua sessão de 3 de julho de 2017.
A Assembleia Municipal, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023, recomenda à Câmara Municipal de Portalegre que tome medidas urgentes e coordenadas com a Direção Geral do Património Cultural, no sentido de preservar o património móvel, imóvel e de arquivo, em todo o espaço da Antiga Fábrica Robinson."----------

Amândio Valente apresentou a recomendação da CDU à Câmara Municipal de Portalegre na pessoa da sua presidente. No fundo a recomendação pretende salvaguardar, preservar, valorizar, promover e agarrar o espaço Robinson, como uma oportunidade de desenvolvimento para a cidade, para o concelho e para a região, dadas as características ímpares do património ali instalado. No fundo, a recomendação pretende reforçar tudo isso junto da Câmara, bem como agregar outras entidades que se possam solidarizar, tais como a Direção Geral do Património Cultural, para resolução de uma situação que pode significar uma perda de oportunidade, e, um desperdício para a cidade de Portalegre. Com perda para a memória dos portalegrenses, e, para com o património de mais de 150 anos, acumulado na história da cidade.----------

Francisco Garcia, tomou a palavra para afirmar que leu a recomendação da CDU, e ouviu a intervenção da Susana Pacheco, e crê que é um tema que os toca a todos, porque trata-se de património histórico da cidade. No entanto, queria frisar dois pontos importantes para o tema em particular: a salvaguarda do património do espaço Robinson que é um velho problema, desde que tomou consciência do mundo em seu redor que se lembra deste problema a arrastar-se por vários executivos camarários, e que, no caso específico dos atos de vandalismo, praticados desde o ano passado, é preciso dizer que, este executivo respondeu e reagiu de imediato, tendo os seus membros visitado logo o local para repor a salvaguarda e proteger o património afetado, e fizeram-no em espaços, que não são da responsabilidade da Câmara Municipal. Este é o segundo ponto, é um assunto que diz respeito a alguma disfuncionalidade na gestão da Fundação Robinson, um problema mais profundo que necessita de ser resolvido, e que não pode ser tratado com algum jeito de proclamação, ou com algum teatro mediático, como se se viu esta semana a propósito de um comunicado de imprensa. É um assunto que requer uma ação conjunta de todos, porque é um património que cumpre salvaguardar e que é muito querido de todos os portalegrenses, e, reforça que a ação deve ser conjunta. Crê que o município e a senhora presidente estão a fazer tudo para, não só, responder imediatamente aos atos de vandalismo, que põem em causa a salvaguarda desse património, mas para resolver principalmente o problema de fundo que é o que interessa a todos.----------

Amândio Valente disse que, a intenção da recomendação é agregar e não arranjar conflitos, não lhe parecendo que tenha havido excesso de mediatismo, tratando-se de questões factuais, obviamente não é mediatismo, mas questões factuais. Chamando a

atenção que uma coisa é a gestão do espaço e outra coisa é o que está no espaço, sabendo que a gestão do espaço é da fundação Robinson, que é uma situação que não é chamada para o debate, e, que na recomendação está-se a falar do espaço e do património e não da gestão, e lembrar que aquele espaço e aquele património foram adquiridos pela Câmara Municipal de Portalegre, na altura do senhor Presidente Eng.º Mata Cáceres, e, não tem conhecimento de que tenham entretanto sido vendidos, daí que o apelo seja dirigido à Câmara. Sublinha que a questão é agregadora.----------

Raul Cordeiro quis também fazer uma referência à questão, dizendo que foi uma das primeiras pessoas a arriscar dizer perante a Assembleia Municipal, que a Fundação Robinson devia ser extinta, e, que foi muito criticado por isso, até por pessoas da sua área política, e hoje parece-lhe que até a senhora presidente concordou que essa é a solução para a Fundação Robinson. E urge que essa decisão seja tomada, sob pena de quando ela for tomada estar-se a incorporar apenas passivo, e, não a incorporar nenhum tipo de ativos da própria fundação Robinson, a não ser as paredes que ainda estejam de pé, e, eventualmente as duas chaminés que são património arqueológico industrial. Queira alguém, a entidade em quem acreditamos, que um dia destes não haja qualquer problema, com uma das torres das chaminés da Robinson, porque aí teriam todos que envergonhar-se por não terem encontrado uma solução para a Fundação Robinson, durante estes anos todos. O colega, membro da assembleia municipal, na abordagem que fez muito elucidativa, refere não se lembrar de não ouvir falar dos problemas da Robinson, e ele já não é assim tão novo, embora mais novo do que o orador, felizmente, terá certamente mais de 18 anos, e, isso quer dizer muito sobre os problemas da própria Robinson. E lembra-se que, na Assembleia Municipal de há três mandatos atrás, se promoveu, inclusivamente, debates próprios só sobre a Fundação Robinson, onde todos acordaram que havia soluções para a Fundação. É uma coisa cíclica, parece que, de vez em quando, todos tem muitas ideias para a Robinson, e, eis senão quando essas ideias se esvaziam todas, e, passa-se por momentos de penumbra em que não se sabe o que há a fazer. Lembra-se, no final do último mandato, que surgiu uma ideia, que tinha opositores, que era a ideia do hotel, mas, provavelmente, mesmo os que eram contra ela, seriam hoje capazes de reconhecer que teria sido um bom passo para salvar uma parte da viabilidade daquele espaço museológico, arqueológico, industrial e cultural. Acha que não pode haver cidade como Portalegre que não valorize um património daquela natureza. Se não se for capaz de fazer isso todos irão ficar muito envergonhados por não o ter feito. ----------

A senhora presidente de Câmara pediu licença para dizer qualquer coisa, visto que a recomendação lhe é destinada. De facto, concorda com o que fora dito, todos valorizam todos querem cuidar, todos respeitam, todos recordam do que foi a Robinson, uns mais do que outros em função da idade, e, de facto defende a extinção da Fundação e na sua opinião nunca deveria ter existido Fundação. Poder-se-ia extinguir a fundação não fossem os contratos com a banca, e, que não foram cumpridos, há uma dívida, e quando há uma dívida alguém tem de pagar, costuma ser assim. Há um património, e, a recomendação tem erros porque o património não é da Câmara, há algum património que é da Câmara, mas a maior parte do património não é da Câmara, passou para a Fundação, a Câmara passou esse património para a Fundação há muitos anos atrás e, portanto, o património não é da Câmara. Poderá regressar à Câmara, mas após o

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

pagamento da divida, e há um problema, as Câmaras Municipais não podem pagar dívidas de fundações, ao pagar as dívidas da fundação incorrer-se-ia num crime. Portanto há um problema, já houve reuniões com a banca, e, a banca não abdica do que tem a receber. Se fosse simples já estava extinta, e não é, como dizia o Francisco Garcia que se lembra do património Robinson em degradação ano após ano. É um grande problema que lamenta que tenha chegado a esse ponto, houve alturas no passado em que teria sido mais fácil resolver a questão quando não havia incumprimento. Está-se a cuidar o património, tentado salvaguardar o património. Depois do vandalismo foi comunicado à PSP, a PSP deslocou-se ao local com a Câmara, foram colocados cadeados. O vandalismo tornou a acontecer, e, tomaram-se medidas mais radicais, entaipou-se portas e foram soldadas portas para evitar o vandalismo. Mas o espaço Robinson é muito amplo, é difícil controlar todos os acessos, por mais que se fechem portas, com a habilidade de quem quer fazer mal consegue-se lá entrar. Há consciência do problema e tomaram-se as medidas possíveis, perceba-se que a extinção da fundação, ou um possível destino e a recuperação de todo o património é algo muito difícil, e, levará algum tempo. Deixa-se o compromisso em resolver a questão. Há um consenso, crê que todas as bancadas são favoráveis à extinção, e, irão ser criadas condições para que isso aconteça, há o problema da dívida e terá que haver outras formas, estando o advogado do município a trabalhar para tal.-

O senhor presidente de mesa, não havendo mais intervenções sobre a questão, nem mais moções ou recomendações apresentadas, passou para o período da ordem do dia. ----------

Ordem do dia:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Amândio Valente, leu o relatório e reforça que a estrutura do relatório está melhor e mais bem conseguida. Relativamente à informação da senhora presidente, quer falar da necessidade que Portalegre tem em ultrapassar um constrangimento, dramático que tem, e que é o problema das acessibilidades. Não vai comentar nem a rotunda, nem a importância da rotunda, nem como esta foi conhecida a nível nacional, por um programa de grande difusão, e que, a senhora presidente não tem absolutamente culpa nenhuma. Mas quando chegou ao fim das palavras da senhora presidente, quando diz que em 2023 o executivo continuará a trabalhar com determinação para que Portalegre, capital do Alto Alentejo, seja cada vez mais uma cidade de oportunidades, dinâmica e atrativa, não conseguiu esquecer-se da questão das acessibilidades. Portalegre deverá abordar de frente o problema das acessibilidades, da sua rede viária, dos transportes, da questão da ligação à autoestrada, da questão de anular o constrangimento que é o Fratel, a saída de Portalegre a norte em termos rodoviários, está fortemente condicionada pelo vale do Fratel, a conclusão do IC13, a desilusão que foi o plano ferroviário para Portalegre. Portalegre, capital do Alto Alentejo, terá que ter um papel determinante para a resolução destes problemas, nomeadamente a questão ferroviária

e rodoviária, e se é verdade que não vem a tempo aqui a famosa rotunda, que venha numa próxima oportunidade Portalegre a lutar por melhores acessibilidades. ----------

Rui Martelo, cumprimentou os presentes e enalteceu e parabenizou o executivo pela continuação do bom trabalho que tem vindo a executar, e, enumerou algumas medidas como a criação do bilhete único da cultura e o bilhete CAEP para as Associações, realçou a continuação de todas as empreitadas, como o centro de interpretação do complexo turístico da Quinta da Saúde, que voltará brevemente a ser um ponto de referência no turismo do Alto Alentejo, que agrada a todos os munícipes portalegrenses. Passando ao setor empresarial, o executivo está a criar condições de excelência para acolher novas empresas, conjuntamente com o plano de expansão da zona industrial. Mais do que atrair novas empresas, este executivo tem demonstrado acolher as empresas que já cá estão, as empresas dos portalegrenses. O exemplo recente da Transnil, uma grande empregadora do nosso concelho, que adquiriu o espaço da antiga fabrica Robcorck, que era considerado um mono que estava ali para o resto da vida, tal como falado acerca do espaço Robinson. Em vez de ter o mesmo destino o espaço da Robcorck foi adquirido pela empresa Transnil, em vez de ficar ao abandono. Também tem sido possível ver a olhos vistos o desenrolar dos trabalhos para a instalação da futura escola de formação da GNR, continua-se a assistir ao empenho deste executivo na promoção na qualidade da vida dos munícipes, prova disso o investimento na requalificação das zonas verdes, várias estradas das freguesias rurais do concelho, criando uma maior proximidade com a cidade de Portalegre. Investimento em compra de equipamentos, e, realização de obras e programação cultural nas freguesias rurais. Em suma, congratule-se o bom desempenho que este executivo tem vindo a desenvolver, e que muito tem ainda no futuro que desenvolver em prol do concelho, por isso há que congratular e agradecer e dar os parabéns a este executivo.----------

Bruno Metelo, quis perguntar à senhora presidente de Câmara sobre o edifício, recentemente requalificado, de incubadora de empresas não tecnológicas, qual o destino e o que vai acontecer a esse edifício.----------

A senhora presidente de Câmara, tomou a palavra para responder, e, informou que o edifício incubador de empresas não tecnológicas está abrangido por um protocolo com o IPP, elaborado pela anterior gestão do município de Portalegre, e que está a ser cumprido. Está contemplada a cedência do edifício ao IPP, foi, portanto, o edifício cedido e espera-se que o IPP informe para quando a sua abertura. Esse assunto está delegado nos responsáveis do IPP, uma entidade terceira, e o senhor vice-presidente informará mais em detalhe o assunto.----------

No uso da palavra, o senhor vice-presidente, cumprimentou todos os presentes, e, informou que estão em estreita colaboração com o Politécnico, e que reunirá para ultimar questões relativas à instalação das empresas. Foi feita uma reprogramação depois da primeira candidatura que elevou a fasquia, sendo necessário instalar duas PME's nas instalações. Foi acrescentada uma adenda ao protocolo, que prevê a instalação de acesso por dados biométricos e a instalação de meios de videovigilância, que está em curso, em articulação com o serviço de informática do município. Vai reunir com o senhor pró-presidente do gabinete de emprego e empreendedorismo, para

ultimar os processos, e prevê-se que em abril seja possível demonstrar a instalação dessas empresas. Deixa confirmado que se está a potenciar as instalações para a finalidade a que se destinam sendo um fim excelente.----------

Bruno Metelo, esclareceu que perguntara apenas porque não constava essa informação no relatório da senhora presidente.----------

O senhor vice-presidente reafirmou que o trabalho está em curso, e, assegurou que o edifício vai ter o fim nobre para que foi destinado, e que, todos estão alinhados para cumprir as metas e a reprogramação feita para o edifício, porque os custos adicionais requerem novos procedimentos e requisitos legislativos, pelo que, o assunto está periodicamente a ser trabalhado e desenvolvido.----------

A senhora presidente de Câmara retomou a palavra, e, referindo-se à intervenção de Amândio Valente, concordou em matéria de acessibilidades com as reflexões que foram feitas. No que se refere à 'famosa rotunda' não sabe identificar a que rotunda se alude.-

Ao que, Amândio Valente especifica ser a rotunda inaugurada pela senhora ministra da coesão territorial.----------

A senhora presidente de Câmara esclarece que, não houve inauguração, não houve nenhuma placa descerrada, nem se tratou desse tipo de situação. Foi uma visita, e que a senhora ministra veio conhecer as obras executadas, e conhecer o investimento que está ao lado, e a justificação da necessidade da rotunda por isso. Teria sido uma visita para conhecer obras PRR. A famosa rotunda é necessária, está praticamente concluída faltando apenas a parte de eletricidade. Em relação às outras questões, à conclusão do IC13, à ligação à autoestrada, enfim todos continuarão a lutar para que sejam feitos esses investimentos. Neste novo quadro comunitário é altura para esses investimentos, continuar-se-á a luta por esses objetivos, não só a presidente de Câmara como toda a região e todos os autarcas estão unidos nessa intenção.----------

2 – Ata nº. 9, referente à reunião realizada em 28 de dezembro de 2022;

Não havendo intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.---

3 – Descentralização - Transferência de competências- no âmbito de Ação Social – para a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, aceite em reunião Intermunicipal da CIMAA de 13.12.2022;

Raúl Cordeiro disse que este assunto vem da comunidade intermunicipal diretamente dirigido à Assembleia Municipal, e que, a lei da transferência de competências refere que a transferência de competências, para as entidades intermunicipais, depende do acordo prévio de todos os municípios que as integram, e que, este acordo prévio é um acordo da competência da Assembleia Municipal. Interpela se houve antes uma decisão em Câmara da Comunidade Intermunicipal, porque não é habitual um pedido de uma entidade externa ser direto à Assembleia sem passar pela Câmara.----------

O senhor presidente de mesa esclareceu que, a lei é clara quanto ao procedimento ser diretamente para a Assembleia Municipal, e, acrescentou que no Conselho Intermunicipal estão representadas todas as Câmaras Municipais.----------

Amândio Valente comentou o ponto, afirmando que, não é jurista, e que, não é fácil articular todos os diplomas, todos os decretos e despachos relativos ao assunto, a que se juntou o despacho de dezembro sobre a transferências e partilhas para as CCDR's. Vê dificuldades em articular o papel das autarquias, o papel das CCDR's e o papel das CIM's, no processo. Há conceitos que não estão clarificados, por exemplo, o que são equipamentos sociais supraconcelhios.----------

A senhora presidente de Câmara, clarificou que são equipamentos que dão resposta a vários concelhos, são mais abrangentes e não se limitam a um único concelho, é uma resposta para uma área geográfica maior do que um concelho.----------

Amândio Valente, no uso da palavra, fez notar que essa é a definição em teoria, mas que na prática a operacionalização é trabalhada onde, nas autarquias, nas CIM's, nas reuniões entre autarquias.----------

A senhora presidente de Câmara quis exemplificar que, já existem equipamentos sociais supraconcelhios, mas que desconhece como vão funcionar no âmbito da transferência de competências para as CIM's, presume que as comunidades terão uma palavra a dar sobre o assunto, e que, é obrigatório que seja aprovado por unanimidade em todas as assembleias municipais a aceitação das competências por parte da CIMAA.----------

Raul Cordeiro voltou ao ponto para frisar que, os momentos também são pedagógicos de alguma forma, e que, as plataformas supraconcelhias estão consagradas na lei desde 2008, muito antes do processo de transferência de competências de ação social. O que faz sentido, porque em termos de equipamentos sociais, em termos de equipamentos técnicos, de redes de apoio técnico, quer pessoal quer material, faz cada vez mais sentido, não que cada concelho tenha a sua própria plataforma, mas que possa haver plataformas supraconcelhias, é uma questão de economia de escala nos encargos sociais.----------

Amândio Valente resumiu que o que tinha em ideia era refletir sobre como se operacionalizavam as transferências, uma questão metodológica, e não, a transferência em si mesma, mas que ficará a questão para uma próxima oportunidade. Em relação à intervenção de Raúl Cordeiro, ficou mais esclarecido, mas constata que o ponto foi dirigido ao senhor presidente da Assembleia Municipal, pelo meio é referido que foi deliberado aceitar o quadro de transferências por unanimidade, e, o que chega à Assembleia é um formalismo. Endereçado e apresentado 'à digníssima Assembleia que preside, a fim de deliberar e conceder, se assim o entenderem, (*o assunto é colocado de forma simpática*), o acordo prévio para aceitação da transferência de competências', portanto está-se a falar de um formalismo, e, fecha com uma interjeição – "pronto está bem".----------

O senhor presidente de mesa fechou o ponto, resumindo que, também assim o entendera e trouxera o ponto à Assembleia, visto que, tem de existir essa aceitação de competências pelo Conselho Intermunicipal, que já houve, e tem também de ser presente a todas as Assembleias Municipais, e só depois ocorrerá a operacionalização da transferência de competências, de todas as plataformas e logística do setor social, que fora aceite pela Comunidade Intermunicipal, via Conselho Intermunicipal. Conselho esse que integra todos os presidentes de Câmara do distrito de Portalegre.----------

4 – Proposta de desagregação das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras - Procedimento especial, simplificado e transitório- aprovada em Assembleia (extraordinária) de Freguesia de Ribeira de Nisa e Carreiras de 21.12.2022, e, acompanhada de parecer favorável deliberado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 16.01.2023;

André Miranda tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e mostrou orgulho em falar do assunto como membro da Assembleia e como carreirense. É uma vontade de todos os carreirenses, presentes, desde há muitos anos, todos sonhavam com este dia e com este tema poder ser trazido à baila. Pena já vir tarde, pois já era recorrente em Assembleias de freguesia e não tinha seguimento por votos nulos do CLIP e PS, mas o futuro está aí, e, aproveita-se a oportunidade para agradecer à população das Carreiras que aderiu em força à Assembleia em questão, "obrigado a todos".----------

Seguiu-se José Cordas Barradas, no uso da palavra, que após os cordiais cumprimentos habituais, referiu-se ao assunto pedindo para ler a seguinte **declaração de voto:**

"Exm.o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre
A bancada do Grupo Municipal CLIP vota favoravelmente a proposta de desagregação das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras e desta forma demonstramos que sempre formos contra a agregação de freguesias, agregação essa imposta nos anos de 2012/2013 através da chamada lei Relvas a qual visivelmente não servia os interesses da população local, sendo agora possível, desde os finais do ano de 2021, encetar o processo de reversão com a entrada em vigor do regime transitório previsto na nova lei-quadro de criação, modificação e extinção destas autarquias.
Tal proposta, espelha, portanto, o que consideramos ser de mais elementar justiça a reversão do processo de ambas as freguesias em questão, no cumprimento do inequívoco da suprema vontade das respetivas populações.
Estamos cientes, e assim o desejamos, que certamente a curto ou médio prazo possam surgir outros processos de reversão no nosso Concelho, devolvendo assim às populações o seu bem-estar e legítima proximidade para com a sua freguesia.
O Grupo Municipal da CLIP"----------

De seguida, usou a palavra Francisco Carriço, cumprimentando a todos, e, procurando corrigir o colega André Miranda, na parte das deliberações das Assembleias de Freguesia, referiu que, o assunto foi apenas a uma Assembleia de Freguesia extraordinária, em que foi aprovado por seis votos a favor e duas abstenções. Frisou que a sua posição foi sempre de separar as duas freguesias, que o assunto foi presente

em sede de Junta de freguesia e obteve deliberação favorável, foi presente em Assembleia de freguesia e obteve deliberação favorável, foi presente em sede de Câmara Municipal e obteve deliberação favorável, e, pensa que, na presente Assembleia Municipal será também favorável. Ninguém foi a favor da agregação das freguesias, e, estando todos do mesmo lado fica evidente que é o que todos querem.--

No uso da palavra Raúl Cordeiro refere que, em boa hora se volta a respeitar a vontade das populações, e, esse é o grande desiderato, julga, de alguém que tem responsabilidades em órgãos autárquicos, e que é eleito: respeitar a vontade das pessoas. E está respeitada, está respeitada a vontade dos fregueses da Ribeira de Nisa e Carreiras, e, o PS não pode deixar de votar favoravelmente o parecer sobre a desagregação das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras.----------

Seguidamente, André Miranda retomou o ponto para esclarecer que, neste mandato só foi deliberado uma vez em Assembleia de freguesia, mas que, em mandatos anteriores fora presente em Assembleias de Freguesia. A população carreirense nada tem contra a Ribeira de Nisa, mas votou-se, em mandatos anteriores, o assunto em Assembleia de freguesia, com votos nulos do PS e do CLIP, não neste mandato, mas em anteriores.--

Amândio Valente, referindo-se ao ponto, quer registar a desagregação, mas essencialmente o movimento que levou à desagregação, um movimento de vontade popular, contrapondo-se a uma decisão burocrática. Valoriza que a desagregação das freguesias tenha resultado do movimento das pessoas, das populações, e que, é o contraponto relativo a uma decisão burocrático política. Naturalmente acompanham as populações de Ribeira de Nisa e Carreiras nas suas decisões, e, recorda todo o património da CDU desde 2012, que sempre lutou contra processos meramente administrativos, políticos de agregação de freguesias, esquecendo-se as entidades locais e as células locais de administração como são as juntas de freguesia.----------

João Paulo Brazão, tomou a palavra, endereçou cumprimentos aos presentes e destacou que é um momento muito importante para a freguesia de Ribeira de Nisa e Carreiras, marcante e de celebração inclusive, pois será aprovado por unanimidade. Pelo que estar aqui a lembrar processos anteriores e eventualmente a levantar algumas feridas não parece correto, e lembra que tudo começou na sequência da lei Relvas.----

Henrique Santinho saudou a todos cordialmente, e, parabenizou em particular a população das Carreiras presentes em massa na sala, deu os parabéns à freguesia das Carreiras, pois tem todo o sentido serem das Carreiras e não da Ribeira de Nisa e Carreiras. De alguma forma perderam a identidade quando, em 2012, alguém se lembrou da maravilhosa ideia de agregação.----------

A senhora presidente de Câmara, relativamente à matéria da desagregação das freguesias da Ribeira de Nisa e Carreiras, frisou que expressa uma vontade popular, mas que não fará sentido em todos os casos, e destacou que a lei não foi completamente errada, talvez até não, porque a maior parte das freguesias que estão agregadas não pediram para se desagregar. No entanto, quando há uma vontade, quando há uma freguesia, quando há uma população que não se sente identificada no

processo e quer sair, deve-se apoiar e foi isso que a Câmara Municipal fez. Felicita por isso as Carreiras e a população que se moveu, e que apoiando-se uns nos outros conseguiram esse objetivo, é mesmo assim que se deve agir, desejando que o processo corra bem.----------

5 – PMIND - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do concelho de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 30.01.2023;

Lúcia Oliveira tomou a palavra para chamar a atenção de que os PMINDS não devem ser apenas um documento burocrático, apenas para cumprir uma exigência legal, ou para constar em documentos oficiais, devem antes ser uma ferramenta efetiva. Para que isso aconteça, é necessário que o plano seja elaborado de forma participativa, envolvendo a sociedade civil e as organizações que representem os diversos segmentos da população. Além disso, é preciso que haja um acompanhamento contínuo da implementação das ações previstas, com avaliação periódica dos resultados alcançados. Outro ponto importante, é que, o plano deve ser coerente com a realidade do município, e com as políticas públicas já existentes. Não adianta elaborar um plano, cheio de ações, que não tem relação com a realidade local, ou, que não sejam viáveis de serem implementadas com os recursos disponíveis. É preciso ter um diagnóstico preciso da situação atual, e, elaborar um plano que seja adequado às necessidades e características específicas do município. Considerando o concelho de Portalegre encontra-se neste plano um vazio, em várias áreas específicas como a integração das comunidades étnicas, a promoção da igualdade no desporto, a saúde menstrual, entre outros. Mas talvez, estas questões não estejam espelhadas no plano, porque este é uma cópia, quase exata do plano municipal para a igualdade e não descriminação do concelho de Coimbra, de 2020/2023, levantando sérias preocupações sobre o real compromisso do executivo para com a igualdade e não descriminação. A cópia de um plano de outro município, sem adaptação à realidade local, pode indicar falta de investimento de tempo, e de recursos, no desenvolvimento de um plano de ação efetivo e adequado ao município de Portalegre. Além disso, pode indicar uma falta de vontade de abordar as questões específicas do conceito, e, de trabalhar para criação de políticas públicas que sejam adaptadas às necessidades e desafios locais em matéria de igualdade e não descriminação. É importante lembrar que o compromisso com a igualdade e não descriminação não se resume à elaboração de um plano, e, muito menos à cópia de um plano de outro município, mas sim à implementação de ações efetivas que promovam igualdade e não descriminação.----------

No uso da palavra, a senhora presidente de Câmara quis dar nota de que, este plano municipal para a igualdade e não descriminação do concelho de Portalegre é idêntico ao dos outros concelhos do Alto Alentejo. Porque foi feito de igual forma por uma empresa contratada através da CIMAA. Coimbra não faz parte do nosso distrito. O plano é igual a Elvas, a Alter do Chão, a Gavião, a Ponte Sor, a Arronches, a Sousel, a Fronteira, e a Câmara adjudicou, tal como os outros concelhos do alto Alentejo, a uma empresa, que fez o plano para todos os concelhos. Não fazia sentido cada um contratar

um trabalho à parte, trabalhou-se com economia de escala, e em conjunto, e, foi desta forma que foi realizado.----------

Raúl Cordeiro, quis evidenciar que, tratando-se de um plano de igualdade, não há forma pior de descriminação, do que tratar igual o que é diferente. Porque se há uma empresa que usa o mesmo plano tipo para todos os concelhos do alto Alentejo já é mau, porque todos eles têm seguramente algumas diferenças. Se por cima disso, essa empresa usa um modelo que já usa em Coimbra, pior ainda. Pode não ser responsabilidade da Câmara Municipal de Portalegre, mas essa questão deve ser reportada à empresa, a quem foi adjudicado o trabalho, quer por Portalegre, quer pelos outros municípios do Alto Alentejo.----------

A senhora Presidente de Câmara quis clarificar que, os planos não são iguais, os planos tem o mesmo formato, os dados são diferentes, são os dados de cada concelho, como não pode deixar de ser, são todos diferentes de acordo com a especificidade de cada concelho, agora o formato é que é semelhante.----------

6 – Desativação do Plano Municipal de Emergência do concelho de Portalegre, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 13.02.2023, para conhecimento;

Não havendo intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.---

7 - Mapa «Demonstração do desempenho orçamental» do ano de 2022 do Município de Portalegre (que evidencia o saldo orçamental para a gerência de 2023), aprovado em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

Não havendo intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte, acrescentando que o ponto 8 e 9 seriam debatidos conjuntamente.----------

8 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do Município de Portalegre do ano de 2023 (que integra o saldo da gerência da execução orçamental), aprovada em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

9 - 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Portalegre do ano de 2023, aprovada em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

Raúl Cordeiro quis deixar uma nota ao ponto anterior mencionando que, sendo este meramente e claramente técnico, por isso não houve lugar à sua discussão. Já sobre os pontos em debate apresentou a declaração de voto seguinte:

Declaração de voto do grupo municipal PS:

"O Partido Socialista, em Assembleia Municipal, seguirá uma abstenção reforçada, que será interpretada no momento da votação, esperamos que, a revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, que incorpora o saldo de gerência, na nossa espectativa, venha

dar respostas muito concretas a questões colocadas pelo partido socialista, quer ao nível concelhio quer ao nível de algumas das freguesias, temos ainda a espectativa de que isso se cumpra quando as medidas forem elas próprias devidamente analisadas e escalpelizadas, por isso seguiremos o sentido de voto das senhoras vereadoras do partido socialista na reunião de Câmara respetiva."----------

A senhora presidente de Câmara, no uso da palavra, frisou que estes pontos tratam a incorporação do saldo de gerência no valor de 1,6 milhões de euros, em números redondos. Saldo de gerência esse, que, permitirá colmatar algumas dificuldades sentidas aquando da realização do orçamento. Nomeadamente, a cabimentação de muitas rubricas por cabimentar, em resposta a necessidades sentidas, com destaque para: as empreitadas de estradas e arrumamentos na sede de concelho, e também nas freguesias rurais, a aquisição de 5 viaturas para transporte escolar, obras e conservação de equipamentos, contratação de pessoal em regime de tarefa ou avença no âmbito da transferência de competências das escolas, o serviço de transportes de monstros verdes e resíduos de construção e demolição, a empreitada de acionamento de garantia do loteamento da Gafa, alguns sanitários públicos para as freguesias rurais, algumas obras nas freguesias, tudo cabimentações que importava resolver com a revisão. A verba disponível não é suficiente para o que é preciso, fica muito aquém, não sendo possível cabimentar todos os projetos, mas fazem-se opções e aposta-se em questões fundamentais, realizando-se obras em todas as freguesias do concelho. Quis deixar essa nota e esse compromisso, relativamente à revisão e à utilização do saldo.----------

Raúl Cordeiro quis reforçar que, pretendem manter uma vigilância ativa sobre estas questões, e, sobre esta revisão orçamental, e que, tudo será feito para que o que defendem possa ser incorporado devidamente na revisão orçamental.----------

Declaração de voto do grupo municipal CLIP:

"Em relação à votação da revisão orçamental e as respetivas GOP´s, o grupo municipal da CLIP abstém-se, visto que não foi chamado a discutir a forma como a integração do saldo de gerência seria utilizado orçamentalmente.
Depois de, em dezembro de 2022, ter sido aprovado o orçamento da Câmara Municipal para 2023, só 15 dias depois foi apresentada a documentação que indicava que 1,6 milhões de euros ficariam por executar do orçamento de 2022, juntamente com o relatório do Revisor Oficial de Contas do município (referente ao 1º semestre de 2022), em que se chamava a atenção para a baixa execução orçamental.
Foi aprovada em reunião de câmara ocorrida já este ano, a revisão orçamental que integrava os referidos 1,6 milhões de euros nas rúbricas abertas sem, contudo, ao contrário do que tinha acontecido com o orçamento para 2023, terem sido chamadas as forças políticas para discutir as possibilidades de utilização dessa verba. Talvez porque para a discussão para o orçamento exista a obrigatoriedade da aplicação do Direito de Oposição, que confere às forças políticas o direito de serem ouvidas sobre as propostas e planos de atividade e orçamentos da câmara e quando esse Direito de Oposição já não é obrigatório, deixa de haver diálogo democrático. A própria metodologia de apresentação do orçamento para 2023, 15 dias antes da informação

da existência de 1,6 milhões de euros não executados, pode indicar já uma premeditação no sentido de não incluir as diversas forças políticas na discussão da utilização deste dinheiro, porque se orçamento para 2023 e a informação desta verba acontecessem na mesma reunião municipal, seria certamente discutida a sua utilização.
Em abono da verdade, não podemos deixar de referir que os presidentes de junta de Freguesia eleitos pela CLIP foram, e muito bem, chamados para identificar necessidades que consideravam importantes serem contempladas na revisão orçamental. De facto, de uma forma geral, essas situações foram contempladas no documento previsional votado, razão pela qual os nossos presidentes eleitos votaram favoravelmente o documento. Contudo, e pelas razões que apontámos anteriormente, o voto do grupo de eleitos pela CLIP para a assembleia municipal não pode acompanhar essa votação, abstendo-se também como forma de protesto pela forma como o processo foi conduzindo.
É certo que foi a coligação PSD/CDS que ganhou as eleições, mas a CLIP, PS e CDU também representam a vontade de muitos eleitores, pelo que lamentamos a falta de diálogo democrático neste processo."----------

10 - 1ª. Alteração Mapa de Pessoal de 2023 do Município de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

Amândio Valente tomou a palavra, para se referir ao ponto, e, assumindo que as alterações ao mapa de pessoal se relacionam com a educação, colocou duas perguntas: se a entrada de assistentes técnicos e operacionais está de acordo com as necessidades das escolas envolvidas, tendo em conta discussões anteriores sobre o assunto. E a segunda pergunta, no âmbito da transferência de competências, se a Câmara foi penalizada ou não com a abertura dos concursos.----------

A senhora presidente de Câmara tomou a palavra para esclarecer que ainda não foram abertos os concursos, só após a aprovação da presente alteração ao mapa de pessoal em sede de assembleia, é que serão abertos os concursos. São três novos postos de trabalho e está-se a cumprir os rácios exigíveis para as escolas. Interpreta que, o que Amândio Valente pergunta é se foi um bom negócio a transferência de competências para o município, em matéria de educação. Refere que, se procura fazer o melhor possível e que as dificuldades são grandes, neste momento pode dizer que ainda é um mau negócio, um mau negócio em termos financeiros para o município. Mas tem a certeza que é um bom negócio para a gestão das escolas, e, para o serviço que é prestado à comunidade. Para a comunidade é um bom negócio, isso é que é importante, o resto com o tempo ir-se-á afinando. ----------

11- Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, aprovada em reunião ordinária da Camara Municipal de Portalegre de 13.02.2023;

Raúl Cordeiro, relativamente ao ponto, referiu que, o mesmo mereceu discussão em sede de reunião de Câmara, e que, já não é a primeira vez que se volta a esta discussão, mesmo em mandatos anteriores, sobre a listagem de dívida aos serviços

municipalizados. Sendo a publicação da listagem uma questão legal, mas além das questões legais, é importante que sejam discutidas questões políticas, e, de como é interpretado o papel das associações e do serviço público, em termos dele próprio ser dinamizador e incentivador do movimento associativo. O fato de ver na listagem nomes de clubes desportivos, e grupos culturais, com grande relevância no concelho, faz pensar que, ao mesmo tempo que se apoia, e bem, essas atividades, são depois incluídos na lista de dívida. Parece haver uma contradição, quando provavelmente o não cobrar esses valores seria também uma forma de apoio. Questiona se a questão do transporte, se está ou não incluída, ou se devia estar ou não incluída, nas espectativas que são criadas aos grupos desportivos e culturais. Dá o exemplo de se atribuir um subsídio de 100 euros a um grupo, para depois se cobrar 50 euros no transporte, em termos indicativos, e, questiona se não seria melhor dar só um apoio de 50 euros, para não se estar a criar este tipo de situação. É estar a dar um apoio e ao mesmo tempo estar a cobrar uma dívida. Há um dever de serviço público do município por meio dos serviços municipalizados, e que, em determinadas circunstâncias, e, porque essas associações levam o nome do distrito a vários eventos desportivos e culturais, a nível nacional, e a nível internacional, e é dever do município, incluir, não nas espectativas, mas na realidade daquilo que é o apoio a essas instituições. Votaram contra em reunião de Câmara, e, voltarão a votar contra, até porque o fazem há já alguns mandatos, e não o consideram correto. Acresce que, há na listagem dívidas incobráveis e quantias de 1 cêntimo e 5 cêntimos, que já deviam ter sido limpas da listagem. Destaca que, a questão principal, que reforça, é se, as coletividades desportivas e culturais do concelho, senão deviam ter esse apoio incorporado, naquilo que é o apoio de serviço público, que o município deve prestar ao movimento associativo.----------

No uso da palavra, Amândio Valente referindo-se ao ponto, reforçou que existem dívidas de importâncias mínimas, de 1 e 2 euros, e que, também estão referenciadas entidades que já não existem, o que sugere que uma filtragem seria adequada. Pensa que, existe um regimento de transportes para o movimento associativo, e que, é necessário um exercício de articulação, entre o dito regimento e a prestação de serviços dos SMAT's, por forma a ser encontrado um ponto de equilíbrio, que não seja penalizador para o movimento associativo da cidade. Pensar a oferta de serviços dos SMAT's com o regimento, que prevê uma ou duas viagens por ano, e provavelmente, as dívidas, na listagem, serão além das viagens previstas pelo regimento, e, por isso deve existir um equilíbrio e uma articulação para se defender o melhor possível o movimento associativo.----------

A senhora presidente de Câmara tomou a palavra para informar que a listagem de dívida contempla vários anos, e é o que é, reflete aquilo que existe em dívida. Crê que, não há uma fórmula para se fazer desaparecer os números. Poder-se-ia trabalhar melhor a listagem, e limpar as entidades que já não existem, mas, não se pode limpar a dívida das entidades que são devedoras (sem falar de nomes) mas que são imensas. Mas esclarece que, os SMAT's não podem oferecer viagens. Os SMAT's executam e é a Câmara que paga as viagens, e é o que acontece, a Câmara paga duas viagens às associações, uma de longo curso e outra mais perto, e fá-lo pagando aos SMAT's esse serviço. E há uma igualdade entre todas as entidades, é um modelo que já não é novo,

já estava implementado de mandatos anteriores e continua a ser cumprido. Se fossem permitidas todas as viagens a uma entidade ou duas, não haveria justiça, e não é possível autorizar todas as viagens que as entidades precisam, pelo que a regra das duas viagens, enquanto não for possível dar mais, é a oferta possível, e que parece bem. Reforça a nota de que, é a Câmara que paga, os SMAT's executam, mas é a Câmara que paga os serviços. Quanto à listagem de dívidas, terão de ser cobradas as dívidas, e corrigir o que não está bem, no que toca às entidades que já não existam, de resto, reflete-se aquilo que é e o que não está pago. As situações são tratadas por um programa informático, os valores estão corretos, e embora possa haver um ou outro erro, a listagem reflete o que não está pago aos SMAT's desde 2004.----------

Raúl Cordeiro voltou ao tema para, destacar o conceito do dever de compensação pelo serviço público, bem sabe, que é o município que paga aos SMAT's, e, é até curioso que o município esteja na lista de devedores aos SMAT's, com um valor bastante simpático, 1500 euros. Colocou a questão sobre: se o município, tendo identificado alguns constrangimentos deste sistema, se está na disposição de rever o próprio sistema de apoios às associações. Eventualmente aumentando o número de viagens que podem ser disponibilizadas, naturalmente que aumentando também os encargos do município, mas, se existe essa disponibilidade para rever as regras ou não.---------

A senhora presidente de Câmara não quis particularizar, não o faz, não refere nomes, mas quer distinguir as situações, uma coisa é os apoios que o município dá às entidades, outra coisa é essas mesmas entidades contratarem elas próprias os serviços dos SMAT's por sua conta, e, que não tem que ver com o sistema de apoios. Reforça que há dois tipos de situações distintas, por um lado qualquer entidade pode contratar o serviço do autocarro, e por outro lado, os apoios que o município atribui, as duas viagens, e também apoios financeiros, como sucedeu no ano transato.----------

12- Despacho do presidente da Assembleia Municipal, a propor a nomeação do núcleo de apoio próprio (secretariado das atas e competências da AM), nos termos do n.º 2 do artº. 26.º, e do art.º 31.º - da lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

O senhor presidente de mesa disse que, o secretariado das atas seria mantido com os técnicos do município: Maria Luciano Tavares e Nuno Morgado, na medida em que a saída de anterior membro, do núcleo de apoio próprio, exigia a sua reconfiguração e substituição para preencher a lacuna existente.----------

O senhor presidente de mesa propôs um intervalo de 5 minutos, antes das deliberações.----------

DELIBERAÇÕES:

Recomendação da CDU relativa ao espaço da fabrica Robinson;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 18 votos favoráveis e 10 votos contra, aprovar a recomendação.-------

2 – Ata nº. 9, referente à reunião realizada em 28 de dezembro de 2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove abstenções e dezanove votos favoráveis, aprovar a ata. Abstiveram-se os membros Amândio Valente, Artur Correia, Ana Miguéns, Lucia Oliveira, Raul Cordeiro, Bruno Calha, Pedro Ranheta, Bruno Metelo e Ana Meira,--------

3 – Descentralização - Transferência de competências- no âmbito de Ação Social – para a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, aceite em reunião Intermunicipal da CIMAA de 13.12.2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção da CDU e vinte e sete votos favoráveis, aprovar o ponto. ----------

4 – Proposta de desagregação das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras - Procedimento especial, simplificado e transitório- aprovada em Assembleia (extraordinária) de Freguesia de Ribeira de Nisa e Carreiras de 21.12.2022, e, acompanhada de parecer favorável deliberado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 16.01.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o ponto. ----------
Nesse instante irrompeu um forte conjunto de aplausos do público presente na sala que ovacionou por minutos a aprovação do ponto. O senhor presidente de mesa agraciou os presentes dizendo que é um momento especial e de alegria para todos, pois mais uma vez é a democracia que está a funcionar.----------

5 – PMIND - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do concelho de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 30.01.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o ponto. ----------

6 – Desativação do Plano Municipal de Emergência do concelho de Portalegre, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 13.02.2023, para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. ----------

7 - Mapa «Demonstração do desempenho orçamental» do ano de 2022 do Município de Portalegre (que evidencia o saldo orçamental para a gerência de 2023), aprovado em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. ----------

8 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do Município de Portalegre do ano de 2023 (que integra o saldo da gerência da execução orçamental), aprovada em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, catorze abstenções e catorze votos favoráveis, aprovar o ponto. ----------

9 - 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Portalegre do ano de 2023, aprovada em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com catorze abstenções e catorze votos favoráveis, aprovar o ponto.-------

10 - 1ª. Alteração Mapa de Pessoal de 2023 do Município de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da CMP de 13.02.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. ----------

11- Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, aprovada em reunião ordinária da Camara Municipal de Portalegre de 13.02.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, oito votos contra e dezanove votos favoráveis, aprovar o ponto. ----------

12- Despacho do presidente da Assembleia Municipal, a propor a nomeação do núcleo de apoio próprio (secretariado das atas e competências da AM), nos termos do n.º 2 do artº. 26.º, e do art.º 31.º - da lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento.----------

Aprovação em minuta:

O senhor presidente de mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.----------

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

ENCERRAMENTO:
==========

O senhor presidente de mesa deu uma última palavra aos fregueses das Carreiras presentes, fazendo votos para que a alegria manifestada se torne uma realidade dentro em pouco, quando todo o procedimento estiver concluído.
Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor presidente de mesa, encerrada a 8.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23:10 do dia 24 de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, e, da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.----------

O Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,

(Luís Miguel Casqueiro Romão)

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)